



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 04 • 25/02 a 03/03/2007 • ISSN 1809-6182

Análise

06/02/2007 - Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclearp.01

Em julho de 2006, Rússia e Estados Unidos anunciaram a denominada “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”. Apesar da aparente consistência do projeto, não há um consenso, entre Moscou e Washington, quanto à identificação das ameaças nucleares à ordem internacional. Ademais, a tensão resultante do assassinato do ex-espião russo Alexander Litvinenko restringe as possibilidades de coordenação de políticas de segurança.

Resenha

06/03/2007 - Estados Unidos apóiam ataque em território somali.....p.05

Após 13 anos de uma tentativa de missão humanitária na Somália, os Estados Unidos voltaram ao território somali e fizeram três ataques aéreos, com a justificativa de combate a focos terroristas.

Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear

Análise
Segurança

Andre Klausling
06 de fevereiro de 2007

Em julho de 2006, Rússia e Estados Unidos anunciaram a denominada “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”. Apesar da aparente consistência do projeto, não há um consenso, entre Moscou e Washington, quanto à identificação das ameaças nucleares à ordem internacional. Ademais, a tensão resultante do assassinato do ex-espião russo Alexander Litvinenko restringe as possibilidades de coordenação de políticas de segurança.

Em 15 de julho de 2006, os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciaram a denominada “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”. O anúncio aconteceu em São Petersburgo, Rússia, quando do encontro do Grupo dos Oito (G-8).

Este projeto tem como objetivos básicos: aprimorar instrumentos e mecanismos de controle sobre os materiais nucleares e as substâncias radioativas; detectar e suprimir a circulação ilícita deste material; e instituir parâmetros para resposta a uma ação de terrorismo nuclear. Estabelecer mecanismos para a identificação de atividades de terrorismo nuclear; e constituir princípios legais para a repressão desta atividade terrorista são, também, objetivos da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”.

Rússia e Estados Unidos justificaram o projeto por meio do argumento de que uma ação terrorista empreendida com armas biológicas, químicas, nucleares e / ou radioativas é uma ameaça real para a qual os Estados se encontram pouco preparados, apesar dos esforços de

organizações internacionais como a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), que buscam coordenar ações de segurança e divulgar dados técnicos precisos sobre o material nuclear.

Contudo, este consenso entre os governos russo e estadunidense é, aparentemente, abalado pela divergência entre as perspectivas de Moscou e Washington a respeito do combate ao terrorismo.

Explica-se: a política de segurança nacional estadunidense pós-11 de setembro apresenta um aspecto básico: a coordenação e a aceleração das ações que buscam impedir que terroristas, assessorados por “regimes hostis” (segundo expressão do Departamento de Estado dos Estados Unidos) tenham acesso a armas de destruição em massa.¹

¹ A política de segurança nacional estadunidense pós-11 de setembro de 2001, desenvolvida no documento “*The National Security Strategy of the United States of America*”, de setembro de 2002 (NSS 2002), classifica como “hostis” regimes que, de alguma forma, auxiliam atividades terroristas. Este auxílio aconteceria, por exemplo, por meio do provimento de armas nucleares.

Aparte o fato que, sem a assistência de um Estado, o acesso de atores não-estatais a certos materiais, como substâncias radioativas, é improvável; esta é a perspectiva da potência unipolar do sistema internacional a respeito da questão, perspectiva que, por conseguinte, há de perpassar qualquer iniciativa de combate ao terrorismo endossada pelo governo dos Estados Unidos.

Entende-se, portanto, que, segundo Washington, o projeto apresentado em São Petersburgo visa, entre diversos outros objetivos, a identificação destes “regimes hostis”. Tal entendimento, no entanto, se contrapõe à realidade de que Rússia e Estados Unidos não convergem quando da identificação destes regimes.

Há, assim, um cenário confuso para a implementação do projeto para o combate global ao terrorismo nuclear; Estados que buscam analisar a viabilidade de associação ao projeto se perguntam: trata-se, também, de identificar agentes estatais que assessoram o terrorismo nuclear, Estados qualificados como hostis’?

A declaração de uma posição por parte do Kremlin apresentaria instrumentos suficientes para saber se se trata apenas de uma expressão (“regimes hostis”) que, acidentalmente, permitiu que surgissem dúvidas sobre o caráter do projeto apresentado em São Petersburgo, ou se, de fato, a “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear” é um projeto que se contrapõe à realidade de que Rússia e Estados Unidos não são unânimes na identificação de Estados que ameaçam a ordem internacional com o provimento de material nuclear a atores não-estatais.

Admitindo-se a primeira hipótese, de que não se trata de identificar um eixo de Estados que constituem ameaças nucleares, poder-se-ia, ainda, argumentar quanto à coesão e à adequação do projeto à realidade, a partir do argumento de que Rússia e Estados Unidos não hão de convergir, também, quando da

identificação do terrorismo nuclear em agentes não-estatais. De fato, é uma possibilidade real, mas o impacto desta espécie de dissensão sobre o projeto apresentado e sobre os Estados que analisam a viabilidade de associação seria baixo quando comparado aos previsíveis impactos de uma dissensão russo-estadunidense quanto às reais intenções de Coréia do Norte, Irã e Síria, por exemplo.

A expectativa da declaração de uma posição por parte do governo russo cresceu quando Rússia e Estados Unidos anunciaram o primeiro encontro da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, concretizado em Rabat, Marrocos, em 30 e 31 de outubro de 2006.

Putin e Bush convocaram os Estados que partilhassem dos mesmos objetivos apresentados em São Petersburgo e a IAEA, como observadora.

Quando da conclusão do encontro, Alemanha, Austrália, Canadá, Cazaquistão, China, França, Itália, Japão, Marrocos, Reino Unido e Turquia, ao lado da Rússia e dos Estados Unidos, endossaram a Declaração de Princípios da Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear. Segundo esta declaração, os Estados se comprometem com os objetivos apresentados anteriormente em sua íntegra. Entretanto, a condução do encontro pelos Estados presentes buscou ressaltar a cooperação técnica para o controle sobre o material nuclear e a constituição de princípios legais para a identificação e para a repressão da atividade terrorista em ambiente doméstico.

Delegou-se ao segundo encontro, a acontecer em 2007, na Turquia, a agenda que aborda a constituição dos meios necessários para a associação de todos os Estados ao projeto de combate global ao terrorismo nuclear. Agenda que aborda, portanto, a questão apresentada anteriormente – a associação, ou não, do



suporte ao terrorismo nuclear a atores estatais.

A expectativa para o encontro é, portanto, compreensível, pois, na ocasião, não apenas os governos russo e estadunidense, mas os governos de mais onze Estados apresentarão argumentos e elementos suficientes para a resposta a esta questão – se não uma resposta decisiva, uma resposta que há de apontar a tendência desta iniciativa para o combate ao terrorismo nuclear.

Esta expectativa tem sido, no entanto, incrementada pela crescente tensão entre Europa e Estados Unidos, de um lado, e o Estado russo, de outro. Explica-se: o assassinato do ex-espião russo Alexander Litvinenko, contaminado com a substância radioativa polônio 210, em Londres, no dia 23 de novembro de 2006, tem impulsionado países europeus a questionarem a capacidade técnica russa de controlar material nuclear e radioativo no interior de seu próprio território.

A Alemanha, sobretudo, incitada pela considerável possibilidade de transporte ilícito de material radioativo através de seu território, nos meses precedentes a novembro de 2006, busca entender como este material atravessou a Europa.

Em um ambiente de tensão, em que Litvinenko responsabilizou o serviço secreto russo e Putin por seu estado de saúde antes de morrer, a Rússia considera como desrespeitosas as suspeições alemãs. A chanceler Angela Merkel exigiu a cooperação russa nas investigações do assassinato do ex-espião e, principalmente, nas investigações do transporte ilícito de material radioativo.

Em entrevista ao jornal alemão *Die Welt*, uma porta-voz do Kremlin excluiu a possibilidade do polônio encontrado na Alemanha ser de origem russa. “A Rússia produz um grama de polônio 210 ao mês, em uma única fábrica, situada em uma cidade estratégica”.

Também em entrevista ao *Die Welt*, o ex-agente da KGB (*Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti* – Comitê de Segurança do Estado), Valentin Velichko, apresentou outro argumento para afastar a possibilidade de o material radioativo ter escapado ao controle russo. Segundo Velichko, o uso de polônio 210 é um método rude, que não seria usado pelo serviço secreto russo. “Profissionais não usam polônio”, declarou.

Assim, a possível, mas não certa, transposição desta tensão para o encontro de 2007 pode ameaçar a “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”. A Alemanha estaria questionando um ponto básico para a coesão do projeto (a capacidade, sobretudo russa, de controlar o material nuclear doméstico e sobrepujar qualquer atividade ilícita doméstica), abordado com ênfase em outubro de 2006.

Em 2007, a Europa pode acabar por apontar que o caráter não-realista do projeto apresentado por Rússia e Estados Unidos ultrapassa a discussão sobre “regimes hostis”, recaindo sobre a incapacidade destes Estados em controlar o material nuclear e radioativo originado em seu próprio território.

Referência

The NATIONAL Security Strategy of The United States of America (Setembro, 2002). Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>. Acesso em: 30 jan. 2007.

Sites:

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

<http://www.state.gov>

Presidência da Federação Russa

<http://www.kremlin.ru>



Presidência dos Estados Unidos da América

<http://www.whitehouse.gov>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

BBC

<http://www.bbc.com>

Ver Também:

09/03/2006 – [Estados Unidos e Índia firmam acordo de cooperação nuclear](#)

24/03/2006 – [Nova Parceria entre China e Rússia](#)



Estados Unidos apóiam ataque em território somali

Resenha
Segurança

Lígia Franco Prados Mello
06 de março de 2007

Após 13 anos de uma tentativa de missão humanitária na Somália, os Estados Unidos voltaram ao território somali e fizeram três ataques aéreos, com a justificativa de combate a focos terroristas.

Em 8 de janeiro de 2007, a Somália sofreu ataques aéreos estadunidenses, primeira ação militar dos Estados Unidos no Estado somali desde o fim da missão humanitária em 1994. Uma missão humanitária que pode ser caracterizada como ineficaz, tendo em vista que a mesma não foi capaz de controlar conflitos e nem tão pouco de ajudar na reconstrução do Estado.

O atual ataque à Somália se justificaria porque, segundo autoridades da Casa Branca, membros da rede controlada por Osama Bin Laden estariam atuando no país sob a cobertura da União das Cortes Islâmicas (UCI).

A UCI é formada por grupos armados islâmicos e, com a inexistência de um governo central forte, disputa com o governo de transição e com os clãs o controle do território somali.

Histórico

Desde 1991, quando a ditadura pró-soviética de Mohamed Siad Barre foi dissolvida, o Estado somali não possui um governo central forte. Os *warlords* (senhores da guerra), principais chefes dos clãs somalis, e os grupos armados islâmicos disputam, desde então, o controle do país. Vale ressaltar que nesse mesmo ano, a Somalilândia, um território ao norte da Somália, de relativa

estabilidade, se comparada à tumultuosa região sul, chegou a declarar sua independência. Contudo, a mesma não fora reconhecida internacionalmente.

Em 1992, o Estado somali, esfacelado, começou a receber ajuda humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse ano, a fim de supervisionar o cessar-fogo na capital somali, Mogadíscio, e escoltar as missões de apoio humanitário, a ONU enviou uma missão especial para a Somália (UNOSOM – sigla em inglês) que se baseava no Capítulo VI da Carta da ONU¹.

Essa missão, porém, não foi capaz de prover ajuda humanitária conforme o desejado, já que a distribuição de comidas e outros bens gerou disputa entre grupos.

Uma nova força de paz da ONU, a Força-Tarefa de Unificação (UNITAF – sigla em inglês), considerada uma operação de *restore hope* (que devolveria a esperança ao Estado somali), foi estabelecida em

¹ O Capítulo VI da Carta da ONU diz respeito à Solução Pacífica de Controvérsias. De acordo com o Artº. 33: 1. As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias.

dezembro de 1992. Essa missão se baseava no Capítulo VII da Carta da ONU² e contava com 24.500 soldados estadunidenses e 12.555 de outros países. Tinha como objetivo adotar ação apropriada, incluindo medidas de força, para estabelecer um ambiente seguro em toda a Somália. Em uma conferência em Addis Ababa, os líderes da UNITAF convenceram 15 líderes de clãs da Somália a apoiarem a reabilitação do país. A UNITAF atingiu o seu objetivo de proteção humanitária, pôs fim à pior parte da guerra civil com poucas perdas.

Em março de 1993, essa missão passou a se chamar UNOSOM II e tinha objetivos muito mais abrangentes e intrusivos. Além disso, se baseava, diferentemente da UNOSOM I, no Capítulo VII da Carta da ONU. Era uma força militar, comandada pela ONU e contava com o apoio indireto de uma unidade de combate dos Estados Unidos. A UNOSOM II e as forças dos Estados Unidos logo se viram em combate com forças somalis. Houve um grande número de baixas de ambos os lados.

Uma grande confusão se instaurou e, em março de 1994, os Estados Unidos lideraram um movimento para a retirada das tropas da ONU da Somália, sendo que suas tropas permaneceram em território somali. Isso, somado às acusações das milícias islâmicas de que os Estados Unidos proveriam financiamento aos *warlords*, fez com que os objetivos estadunidenses na Somália fossem questionados.

Os *warlords* criaram a Aliança para Restauração da Paz e Contra o Terrorismo, acusando as milícias islâmicas

do país de prover abrigo aos líderes da Al-Qaeda. Tal Aliança pareceria benéfica se os senhores da guerra não controlassem a distribuição de alimentos, e não coagissem seus seguidores, ora fornecendo ora negando os alimentos. Em meio a todas essas acusações e disputas, os conflitos entre islâmicos e *warlords* nunca cessaram.

Em 2004, finalmente, elegeu-se o presidente de um Governo Nacional de Transição, Muhammed Abdi Yusuf. Apesar de reconhecido internacionalmente, esse governo é considerado fraco. Os conflitos entre *warlords* e milícias islâmicas não foram com o estabelecimento do novo governo, sequer minorados.

Prova disso é que, em junho de 2006, a UCI tomou grande parte da capital somali, Mogadíscio, pretendendo impôr a Sharia, lei islâmica, na capital e em outros territórios que já controlava. Nesse mesmo mês, o governo interino assinou um acordo com a UCI de reconhecimento mútuo. Mas os *warlords* mais resistentes continuaram lutando contra as milícias islâmicas.

Em decorrência da grande expansão do poder islâmico e das lutas recorrentes, o governo interino somali teve que pedir ajuda internacional. O governo etíope foi o primeiro a apoiar o governo somali. Em dezembro de 2006, os governos somali e etíope realizaram uma incursão militar contra alvos dos grupos armados islâmicos e tomaram várias cidades que estavam sob o controle da UCI, inclusive Mogadíscio. Os Estados Unidos e o Reino Unido apoiaram essa intervenção estrangeira na Somália, por acreditarem que a UCI tenha ligação com a rede terrorista Al-Qaeda.

Incursão dos Estados Unidos na Somália em 2007

Considerando a possibilidade de muitos terroristas da rede Al-Qaeda estarem em território somali sob a cobertura da UCI, nos dias 8,9 e 10 de janeiro, os Estados

² O Capítulo VII da Carta da ONU trata da Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão. De acordo com o Artº. 39: O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artº.s 41 e 42, a fim de manter ou reestabelecer a paz e a segurança.

Unidos atacaram a Somália. Ocorreram ataques sucessivos em quatro locais: Hayo, Garer, Bankajirow e Badnadowe.

Inicialmente, os militares estadunidenses negaram a utilização de helicópteros dos Estados Unidos na ação, enquanto o governo somali informava que os helicópteros utilizados no ataque de 9 de janeiro eram da Força Aérea dos Estados Unidos. Pouco mais tarde, autoridades do pentágono confirmaram a realização do ataque como parte de uma ofensiva envolvendo também aviões etíopes. De acordo com a BBC Brasil, um porta-voz do pentágono afirmou que os estadunidenses vão continuar o que denominam de guerra contra o terror e a perseguir líderes da Al-Qaeda onde quer que estes estejam.

Foi noticiado ainda que o bombardeio na madrugada do dia 8 de janeiro resultou na morte de cinco a dez pessoas. As vítimas seriam membros da Al-Qaeda em operação na Somália. Mas, de acordo com autoridades somalis, esse ataque matou também muitos civis que estavam na área.

Um último ataque ocorreu no dia 10 de janeiro em um vilarejo do sul do país. Há especulações de que tenha sido morto nesse ataque um dos membros da Al-Qaeda mais procurados pelos Estados Unidos, Fazul Abdullah Mohammed. Fazul é suspeito de ter participação nas explosões das embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia, em 1998.

Algumas autoridades defenderam a ofensiva militar dos Estados Unidos na Somália. O atual presidente da Somália, Abdullah Yusuf, defendeu as manobras estadunidenses. O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, por outro lado, segundo a porta-voz da ONU, Michele Montas, está preocupado com o que pode acontecer após esses ataques.

Ademais, o Ministro da Defesa sul-africano, Mosiuoa Lekota, afirmou que os Estados Unidos não deveriam se envolver no conflito somali, no qual Washington teria objetivos bastante questionáveis.

"Dada a história estadunidense na Somália, parece-me que seria melhor e será melhor que se envolvam nessa situação países que não tenham uma bagagem histórica no conflito", declarou Lekota.

Tendo em vista a necessidade de solucionar ou amenizar o conflito que perdura por décadas, em um encontro da Organização da Conferência Islâmica (OIC - sigla em inglês), realizado em Jeddah, na Arábia Saudita, o Representante do Secretário Geral da ONU, François Lonseny Fall, pediu aos Estados da OIC que façam contatos com os líderes da UIC para encorajá-los a aceitar o governo de transição e a auxiliar na reabilitação do país.

No dia 06 de março de 2007, chegaram na Somália os primeiros soldados da força de paz da União Africana (UA), provenientes de Uganda. Também está previsto o deslocamento de tropas de Gana, Burundi, Malauí e Nigéria.

A força de paz da União Africana deverá substituir as tropas etíopes que estão na Somália. Essas tropas da Etiópia ajudaram o governo de transição da Somália a expulsar os grupos armados islâmicos, que dominavam a maior parte do país, no final de 2006.

Há o temor, porém de que, assim como ocorreu em Darfur, no Sudão, a União Africana possa ser mal-equipada e em número insuficiente para cobrir a região. Até o momento, a UA conseguiu reunir apenas a metade dos 8 mil soldados previstos para a missão.

Referência

Sites:

BBC Brasil

www.bbc.com/portuguese

Folha online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Crisis Group

www.crisis.group.org

International relations and security network

www.isn.ethz.ch

Somália News

www.somalianews.com

U.S. Army Combined Arms Center and Fort Leavenworth

www.leavenworth.army.mil

Ver também:

07/06/2006 - [A fragilidade do Estado Somali e o aumento da instabilidade no país](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Lemos Klausing; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

